

# ENTRE VIAGENS E FRONTEIRAS: UMA BREVE DISCUSSÃO DO CONCEITO DE FRONTEIRA EM NARRATIVAS DE VIAGEM

*Data de aceite: 02/05/2024*

**Eduarda Mendes Cardoso**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/8105998651195544>

BETWEEN JOURNEYS AND  
BORDERS: A BRIEF DISCUSSION  
OF THE CONCEPT OF BORDER IN  
TRAVEL NARRATIVES

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar algumas reflexões teóricas acerca da temática das narrativas de viagem, delineando certos vínculos em relação ao objeto de pesquisa com a Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” pretendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Para tanto, os percursos analíticos desta discussão serão feitos mediante o diálogo com as perspectivas de alguns teóricos como Benedikt Zientara (1989), Fredrik Barth (2000), Guillaume Boccara (2005), Rui Cunha Martins (2008), pesquisadores particularmente associados a análises e desdobramentos do conceito de fronteira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Narrativas de viagem; fronteira; viajantes, Guiana Francesa; Amazônia.

**ABSTRACT:** This article aims to present some theoretical reflections on the theme of travel narratives, outlining certain links in relation to the research object with the Research Line “Border, Politics, and Society” intended in the Graduate Program in History by the Federal University of Santa Maria. For this purpose, the analytical paths of this discussion will be made through dialogue with the perspectives of some theorists such as Benedikt Zientara (1989), Fredrik Barth (2000), Guillaume Boccara (2005), Rui Cunha Martins (2008), researchers particularly associated with analyses and developments of the concept of border.

**KEYWORDS:** Travel narratives; border; travelers; French Guiana; Amazon.

## INTRODUÇÃO

As narrativas de viagem compõem um acervo muito vasto para o desenvolvimento de pesquisas que procuram analisar determinados percursos temporais do homem em espacialidades específicas. As abordagens que as rodeiam, são direcionadas tanto ao seu trato como fonte promissora a ser explorada, como um gênero textual complexo. Nesse meio, os trabalhos de críticos literários, antropólogos, linguistas e historiadores nos conduzem à uma reflexão que as viagens e seus relatos manifestam possibilidades únicas para se acessar a mentalidade do indivíduo por meio de um procedimento analítico que se empenha em investigar, nas entrelinhas do discurso, informações refletidas de um período particular.

O presente texto é fruto de pesquisa submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Santa Maria, que se encontra em estágio inicial. Desse modo, o referido trabalho apresentado como projeto de pesquisa propõe uma análise dos relatos de viajantes franceses na fronteira franco-portuguesa do período setecentista, por meio dos quais serão investigados a forma como os povos ameríndios locais eram descritos, assim como a região fronteira amazônica era compreendida e registrada nas narrativas. Alguns desses documentos são contidos a partir de uma perspectiva singular de análise, como narrativas de viajantes-cientistas, por sua natureza, materialidade e conteúdo, tão característicos do tempo que foram elaborados, consagrando um dos primeiros marcos da cientificidade nas viagens às Américas.

Para alcançar os objetivos delineados para este artigo, o texto será esboçado em dois momentos. No primeiro momento, será exposta uma breve discussão historiográfica a respeito da literatura de viagem, contextualizando a escrita desses documentos ao espaço e período que estão inseridos: a região fronteira amazônica do século XVIII. Em seguida, apresentaremos algumas reflexões ao conceito de fronteira como proposta de conexão e fundamentação a linha de pesquisa elegida para esta investigação.

### **Algumas considerações sobre as narrativas de viagens científicas**

Segundo a crítica literária Mary Louise Pratt, a partir da primeira metade do século XVIII, as expedições científicas tornaram-se um meio promissor de encontros, experiências e recursos de complexas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Dessa forma, a exploração científica tornou-se alvo mais cobiçado entre os Estados europeus, e por conseguinte, fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e simbólicos, por meio dos quais vários indivíduos se relacionavam com outras partes do mundo (PRATT, 1999, p. 52). Nessa mesma perspectiva, a região da Guiana Francesa e seus arredores fronteiros, como a Amazônia, foram marcadas pela presença significativa de expedições exploratórias solicitadas pelos governadores das colônias.

De forma geral, os relatos de viagem se apresentam como documentações riquíssimas em detalhes sobre a história da vida cotidiana no Brasil colonial. A escrita minuciosa de inúmeros viajantes obstinados a cruzar diferentes territórios podem ser consideradas como um corpus documental rico para pensar as lógicas e experiências de diferentes sujeitos históricos. Não obstante, estas se materializam como uma intrincada ponte entre a Europa civilizada para o viajante e o “desconhecido” e “exótico” Novo Mundo. Essa “vitrine das terras longínquas”, propagada pelo discurso civilizador europeu foi, por excelência, palco de alteridades e representações, cujo ímpeto expansionista motivou muitos deslocamentos transatlânticos, seja por motivações científicas, políticas, econômicas ou desejos pessoais.

A despeito desse olhar, Pauliany Cardoso em sua obra *Amapá à francesa – Dois viajantes franceses na Amazônia Setentrional do século XIX*, certifica que no final do século XVIII com o advento do Iluminismo, as viagens científicas e consequentemente suas descrições, foram assumindo uma nova perspectiva que se distanciava do antigo pensamento fantasioso e místico das Américas. Com efeito, as narrativas se tornaram um poderoso instrumento científico, e acima de tudo, de caráter educativo e informativo. Pois, como observa a autora: “as viagens exploratórias eram consideradas como fontes que proporcionavam tanta oportunidade para aprendizagem – pela concepção de mundo como uma “grande escola” que caracterizaria o espírito iluminista e enciclopédico (CARDOSO, 2020, p. 27).

Nesse sentido, a plêiade de viajantes naturalistas era composta por cientistas enciclopédicos que buscavam um conhecimento que compreendesse o mundo natural, a geografia, os minerais, a fauna e a flora, os fenômenos climáticos e geológicos. Nesta lógica, esse grupo se direcionava na observação e coleta de espécimes desconhecidas que saíam dos padrões registrados nos arquivos de pesquisadores ou colecionadores. A função dos naturalistas se caracterizava pelo trabalho puramente técnico, voltado para a organização, análises comparativas das espécies, experimentação e catalogação.

Partindo para um cenário mais regional, a Amazônia foi palco de inúmeras expedições exploratórias. Eram médicos, botânicos, geógrafos, matemáticos ou astrônomos que buscavam expandir seus estudos e testar novas teorias. O espaço amazônico, principalmente no século XIX, haveria de se tornar uma espécie de “laboratório” para estes cientistas que podiam usufruir da diversidade que ela poderia oferecer e divulgar seus trabalhos por toda Europa (CARDOSO, 2020, p. 28). Com base nessa afirmativa, os relatos de viagens, crônicas e diários escritos no período colonial da Amazônia e seus arredores, foram realizados por inúmeros viajantes de nacionalidades diversas. Dentre eles, os mais recorrentes eram portugueses, espanhóis, franceses e ingleses.

Desde os primeiros anos de colonização, a Guiana Francesa e o espaço amazônico foram regiões engajadas pela corrida desenfreada por riquezas, expansão territorial e hegemonia continental pelas mais diversas nacionalidades europeias. A Guiana Francesa está localizada ao norte da América do Sul, mais especificamente na costa nordeste do

oceano Atlântico, que faz divisa com o Suriname e o Brasil. Atualmente a região configura-se como um departamento ultramarino, isto é, uma extensão do território francês fora da Europa. A partir do século XVI, essas zonas converteram-se em espacialidades de grande fluxo transitório, de navegação e exploração, por agrupamentos humanos e instituições com intencionalidades díspares.

Mediante isso, com a intensificação do trânsito social e econômico, as regiões da colônia francesa e do Cabo Norte (atual estado do Amapá), estiveram no centro de intensas disputas entre as potências ultramarinas. Seu limite geográfico com o Brasil encontra-se delimitado pelo rio Oiapoque – a margem esquerda do rio encontra-se o território considerado francês e a partir da margem direita o território considerado brasileiro (antes português). As regiões localizadas ao redor do rio Oiapoque foram designadas pela historiografia de “contestado”, por se tratar de um território disputado desde o século XVII entre franceses e portugueses.

## **DESDOBRANDO O CONCEITO DE FRONTEIRA: A FRONTEIRA FRANCO-PORTUGUESA NAS NARRATIVAS DE VIAGEM**

O posicionamento teórico desta discussão insere-se na Linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, adotada como um prisma norteador para a análise de narrativas de viagens em contexto de expansão e delimitação de territórios dos impérios coloniais nas Américas. Nesse contexto, a pesquisa se justifica por se tratar de expedições que ocorreram em um ritmo de intenso fluxo de representantes das metrópoles europeias a fins de expansão colonial e exploração econômica na fronteira franco-portuguesa. As condições sociais do espaço fronteiriço cristalizam complexas redes de sociabilidade que dinamizavam as políticas de proteção das colônias, por meio de alianças e tratados entre as potências. Tendo em vista a presença de diferentes sujeitos no processo de demarcação e manutenção das fronteiras, esses indivíduos não existiam isoladamente, suas ações também eram mediadas por estratégias próprias em fazer uso das circunstâncias em que estavam inseridos.

O conceito de fronteira é indispensável para analisar os aspectos sociais e culturais que esses espaços condicionavam a partir das mobilizações políticas das colônias em definir limites de seus territórios. Conforme aponta Juan Carlos Arriaga-Rodriguez, o interesse histórico pelo estudo das fronteiras na historiografia apenas começou nos finais do século XIX (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2013, p. 10). Atualmente, os debates sobre fronteira variam em muitas perspectivas. Seu alcance teórico cada vez mais assume um caráter interdisciplinar entre as Ciências Humanas, dado que seus desdobramentos são utilizados nos mais variados temas e objetos de pesquisa.

Para Benedikt Zientara a formulação da noção de fronteira parte da ideia de um acordo político-jurídico, uma criação inerente ao homem, isto é, uma abstração que não tem existência real fora dos mapas geográficos. Além disso, Zientara ainda argumenta que a ideia universalmente propagada de fronteira como uma linha que separa duas regiões diferentes é errada. As fronteiras que separam comunidades, por exemplo, podem determinar um gênero particular, uma vez que essas populações em zonas fronteiriças mantêm profundas comunicações. Deste modo, portanto, a fronteira tem pressupostos sociais e não geográficos (ZIENTARA, 1989, p. 310).

De acordo com a análise de Rui Cunha Martins, introduzida a partir de uma perspectiva de operatividade das fronteiras em contextos de governabilidade, toda fronteira tem “autor”. Contudo, a designação deste não é isenta de tensões, uma vez que a demarcação e o reconhecimento da autoria da fronteira, o que o Rui Martins designa de referência, andam a par de elementos de imprevisibilidade e dispersão (contingência). E essa tensão entre referência e contingência é parte constitutiva da fronteira (MARTINS, 2008, p. 23). A fronteira, nesse sentido, é vista como um dispositivo, que opera como um limite de soberanias em cenários de domínio de estados nacionais.

Partindo dessa lógica, refletindo a partir do cenário da atuação dos poderes coloniais nas regiões da Guiana Francesa e Amazônia, as relações do poder central, da metrópole ou das capitais provinciais das colônias para suas fronteiras, necessita de uma manutenção para sua própria capacidade de existência. Isso tem a ver, conforme Martins aponta, com a eficácia da fronteira em depender de sua capacidade de legitimação, isto é, de garantir um bom desempenho ordenador (referencial). Não obstante, esse desempenho produtivo depende efetivamente de seus elementos contingentes consolidados em seus limites. Consoante a isso, por trás da construção e vigor da fronteira, o caráter autoral antecede sua matéria fundacional (MARTINS, 2008, p. 24).

As expedições francesas de exploração e reconhecimento do território em regiões fronteiriças, são alguns desses dispositivos de domínio dos impérios ultramarinos em manter controle de suas posses. A relação que os domínios coloniais haviam firmado com as mais diversas etnias, variavam em muitos interesses. De um lado, tínhamos muitos grupos que foram sujeitos a escravidão, em prol do desenvolvimento colonial. A mão de obra indígena era, portanto, o combustível ideal que os colonos franceses procuravam para o estabelecimento e construção das colônias. Por outro ângulo, era muito comum também a aliança entre algumas etnias com os colonizadores, como acontecia com os indígenas que eram aliados dos franceses. Dessa forma, serviam como verdadeiros vigilantes entre os rios e no interior das matas, evitando uma possível invasão de outras potências rivais ao território francês.

As dimensões de sociabilidade inferem um dos elementos intrínsecos ao conteúdo e discurso das narrativas de viajantes. O choque cultural vivido em situações de contato implica as formas muito complexas das relações sociais e comportamentais. A afirmação identitária de diferentes agrupamentos culturais pode ser ainda mais clara em suas interações. Quando se revisita a discussão do antropólogo norueguês Fredrik Barth, as relações interétnicas são um dos pontos analíticos a se pensar os grupos étnicos como uma forma de organização social, isto é, os atores sociais usam de suas identidades étnicas para categorizar a si mesmo e os outros. Porém, Barth criticamente reconhece que as características que são levadas em consideração não é soma das diferenças tidas como “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores julgam como significantes (BARTH, 2000, p. 194).

Nesse ponto, interessa trazer para o debate o foco central da pesquisa de Barth que é a fronteira étnica, ou melhor dizendo também, as fronteiras sociais. Consoante a isso, se determinado grupo conserva sua identidade quando seus membros interagem com outros, existe critérios para estabelecer a pertença ou a exclusão, e isto claramente traz a compreensão a manutenção das fronteiras estabelecidas. Como aponta Barth:

Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos e valores – melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura. Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (BARTH, 2000, p. 196).

Essas demarcações podem ser vistas através de diferentes ângulos nos relatos de viagens, seja pelas ações e comportamentos em situações de confronto ou aliança, pelas descrições estereotipadas dos viajantes em relação aos aspectos mais gerais que constituem o grupo observado ou pela forma que esse mesmo grupo reafirma sua identidade perante o outro.

As relações com as comunidades ameríndias no interior da Guiana Francesa também facilitavam a fluxo de informações, tendo em vista que essas populações mantinham alianças ou inimizades com outras etnias que podiam ser aliadas de outras colônias europeias. Nesse sentido, é interessante citar a investigação de Carlos Augusto Bastos, onde analisando as circulações de informações entre demarcadores e outros sujeitos das fronteiras da Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas nas décadas finais do século XVIII, destaca como determinadas informações se propagavam para além e através das fronteiras, e principalmente, como eram utilizadas estrategicamente em prol das administrações coloniais, uma vez que “era igualmente importante colher informações sobre o que ocorria nos territórios coloniais vizinhos, suas mudanças político-administrativas, o estado de sua economia e de sua defesa militar” (BASTOS, 2013, p. 205).

Com base nisso, o espaço transitado pelos viajantes franceses se insere em um cenário de intensas disputas políticas e defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Cabo Norte com a Guiana Francesa do século XVIII. Ao longo desse período, havia uma crescente preocupação por parte do Estado lusitano em estabelecer limites da América portuguesa com outras colônias europeias, o que desencadeou no envio de expedições demarcatórias e nas articulações para a assinaturas de tratados como o Tratado de Utrech (COSTA, 2022, p. 3). Nessa lógica, para além da manutenção das fronteiras em defesa das colônias, esses espaços eram locais em que diversos sujeitos históricos estabeleciam relações sociais e culturais. Como observa Paulo Marcelo Cambraia da Costa, os processos de ocupação daqueles territórios envolviam o trânsito de militares desertores, indígenas, religiosos e trabalhadores escravizados fugidos, os quais desenvolviam dinâmicas e redes de sociabilidades independentes de acordos diplomáticos e estratégias de políticas de Portugal e França (COSTA, 2022, p. 2).

Apropriando-se ainda das considerações de Costa, com base em correspondências dos governadores do Grão-Pará na segunda metade dos setecentos, existiam pelo menos três camadas que definiam e redefiniam as fronteiras: a primeira se constitui a partir de acordos diplomáticos; a segunda faz menção a atuação de autoridades locais, portuguesas e francesas, na articulação dos acordos; e a última a camada dos sujeitos sociais, que estabeleciam dinâmicas próprias para viver as suas vidas e transitarem entre as fronteiras, subvertendo as tentativas do Estado em controlar essas áreas (COSTA, 2022, p. 17). Partindo desse olhar, sobre a última camada, a social, é de grande relevância para a nossa pesquisa, por estar atrelada as redes de sociabilidades que estavam imbricadas a situação política das fronteiras da Guiana Francesa e Grão-Pará.

Atualmente, muitas reflexões teóricas compreendem a definição de fronteira para além de sua definição enquanto espaço político e físico. Nesse sentido, Guillaume Boccara define fronteira como uma zona de contato entre duas entidades política e culturalmente diferentes, cuja noção representa como um verdadeiro operador de civilização. Ademais, o autor ainda reconhece por “limites fronteiriços” como um espaço que não necessariamente se refere a uma estrutura física, uma vez que uma fronteira social e cultural não está sistematicamente vinculada a essa condição material fixa (BOCCARA, 2005, p. 34).

Muito próximo a noção de fronteira indicada por Guillaume Boccara, a crítica literária Mary Louise Pratt em seu livro intitulado *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*, nos traz o conceito de zona de contato, o qual ela define como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27). Segundo Pratt, o conceito “zona de contato” é utilizado frequentemente em suas discussões como sinônimo de “fronteira colonial”. No entanto, enquanto este último é baseado apenas em uma perspectiva expansionista europeia, o

primeiro é uma tentativa de se invocar uma presença espacial e temporal conjunta de sujeitos separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias se cruzam (PRATT, 1999, p. 32). Ainda, a autora ao argumentar sobre sua proposta em utilizar o termo “contato”, reitera que:

Ao utilizar o termo “contato”, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radialmente assimétricas de poder (PRATT, 1999, p. 32).

Diante dessas considerações, portanto, tomamos a fronteira amazônica entre as colônias de Portugal e França, segundo os termos de Pratt, como uma zona de contato onde havia intensas redes de interações, disputas e negociações, em que seus agentes históricos (no caso de nossas fontes viajantes franceses e indígenas), mobilizavam-se conforme suas agências e relacionavam-se em parâmetros complexos que iam muito além da dicotomia “colonizador” e “colonizado”, ao passo que tanto os europeus como os povos ameríndios se valiam de suas próprias condições para darem sentido as suas trajetórias. Dito isso, a presença desses sujeitos transformava esses espaços em palcos produtores de alteridades, encontros e práticas, pois a convivência fazia emergir trocas culturais, cujo as quais eram registradas pelos viajantes e disseminadas por toda a Europa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de viagem foram meios promissores de perceber o imaginário europeu diante a experiência de contato com o Outro, balizada na lógica de superioridade da civilização europeia. As viagens instigavam os viajantes e seus leitores a confrontarem-se com mundos desconhecidos, sociedades diversificadas e hábitos totalmente divergentes. Nesse caso, compreendemos essa alteridade construída como uma extensão da política de colonização e civilização justificada pela expansão e domínio dos europeus. Mas, podemos observar que as representações dos ameríndios na literatura de viagem seriam, portanto, mais do que simples imagens destinadas a entreter um público com interesse no “exotismo”, pois elas permitem pensar o Outro e construir estratégias para o desenvolvimento do vínculo colonial.

Nesse sentido, a passagem desses viajantes no interior das Guianas e nos intrincados rios amazônicos está inserida em um contexto de exploração e disputa das potências europeias pelos domínios dos territórios fronteiriços coloniais. Dessa forma, falar de fronteiras amazônicas é evocar suas inúmeras tentativas, mais ou menos sucedidas, de delimitar seus limites por meio de acordos diplomáticos e confrontos diretos. A diversidade

social e histórica do espaço amazônico faz de suas fronteiras um lugar excepcional, um terreno privilegiado de alteridades. Diferentes agentes sociais são entrecruzados por força das conjunturas históricas. No entanto, por meio das narrativas essa lógica torna-se ambivalente a partir do qual esses encontros se tornam desencontros quando são deslocados de suas realidades e temporalidades pela perspectiva de seus leitores, e consequentemente, na afirmação de estereótipos sobre o Outro.

## REFERÊNCIAS

ARRIAGA-RODRÍGUEZ, Juan Carlos, Tres tesis del concepto frontera em la historiografía, In: LAVALLE, Gerardo Gurza. (coord.) **Tres miradas a la historia contemporánea**. Mexico: Instituto Mora, pg. 9-47, 2012.

BASTOS, C. A. Demarcação de limites e circulação de informações em um espaço fronteiriço. A provincia de Maynas e a Capitania do Rio Negro em fins do século XVIII. pp. 203-224. In: Brito, A. J. I; ROMANI, C.; BASTOS, C.A. (orgs) **Limites Fluents**. Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2013.

BOCCARA, Guillaume “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro- indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel” In: **Memoria Americana**, 13 - Año 2005. pp.21-52 (ler Clasificaciones coloniales y zonas fronterizas. pp.31-35).

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. pp.25-67. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra CapaLivraria, 2000.

CARDOSO, Pauliany Barreiros. **Amapá à francesa**: dois viajantes franceses na Amazônia setentrional do século XIX. Brasília: Senado Federal, 2020.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. “Não convêm aos franceses que seja o Rio Oiapoque a raia para os dois domínios”: Políticas e disputas na região fronteiriça das guianas francesa e portuguesa nas décadas finais do século XVIII. **Canoa do Tempo**, v. 14, p. 1-25, 2022.

MARTINS, Rui Cunha. Introdução. pp.17-20. A. Modelo. 1. A matéria autoral. 2. A matéria fundacional. 3. A matéria doutrinária. 4. As três teses matriciais do modelo moderno de fronteira. pp.21-122. In: **O método da fronteira**: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas). Coimbra: Edições Almedina, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: Relatos de Viagem e Transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: **ENCICLOPÉDIA EINAULDI**: Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 14, p. 306-317.